



Porque quiz começar por falar de mitos?

Temos por vezes a noção de que somos nós que comandamos os factos. Ora as realidades políticas nunca são fruto exclusivo de fenómenos determinados pela vontade dos homens e das mulheres a quem cabe a intervenção nas coisas públicas. Certa vontade e, de alguma maneira um gesto ou uma decisão, podem influenciar, mas sobretudo as realidades políticas são também expressão de mitos, isto é de ideias mais ou menos fantasiadas sobre as coisas, que têm a sua origem em crenças - há pessoas para quem a realidade política é quase uma religião - ou então em paradigmas de funcionamento social, em algo que está inscrito na nossa maneira de entender o Mundo e aquilo que se passa à nossa volta. E por isso é que a descrição dos factos, a sua interpretação, para já não falar de acontecer e desenrolar desses factos, vêm sempre eivados desse universo mítico. E é por isso que anteriormente à referência aos factos, que nós todos conhecemos, gostaria de explicitar alguns dos mitos que vejo a rodearem-nos.

E vou pegar em quatro.

O primeiro mito que me parece ter sido comum, talvez a todos nós, portugueses, é o mito de que uma mudança de regime, só por si, conduz à democracia. Assim uma espécie de milagre de Fátima político que, de repente, tudo mudava. De facto a rápida instauração da Democracia em Portugal era um dos objectivos fundamentais dos homens que fizeram o 25 de Abril. E pode dizer-se que pela determinação desses homens foi possível iniciar a evolução para o estabelecimento das instituições democráticas cumprindo rigorosamente os prazos

estabelecidos. Todos nos recordamos como, não só em Portugal, a mudança de regime era acolhida com alegria e como nos outros países se considerava que as instituições democráticas seriam a garantia de que a democracia estava consolidada em Portugal.

O mito subjacente a essa euforia consistia em pensar que as estruturas só por si são portadoras de transformação dos comportamentos das pessoas e tornou-se assim, como expressão democrática o que, muitas vezes, não foi senão mera manipulação. Usou-se a palavra democracia como santo e senha para comportamentos que eram totalmente alheios à democracia. Esse mito, que a mudança de regime instantaneamente produz a democracia sem que haja condições culturais específicas para a gerar, passou por cima do facto de que não houve, antes do 25 de Abril e atrevo-me a dizer continua a não haver, uma educação para a democracia.

Assim, não se geraram hábitos democráticos. A democracia foi, deste modo, catapultada para o palco da cena política, fugindo dos lugares onde os cidadãos comuns viviam e se organizavam, para se reduzir, nesse palco aqueles poucos, às vezes pergunto-me se são centenas, se são umas escassas dezenas, de verdadeiros protagonistas da cena política que assim reduzem a democracia à sua própria dimensão. E a dimensão de todos nós, mesmo dos maiores, é sempre a dimensão de um só. ~~Ex~~ que é isso perante um povo?

A responsabilização perante as tarefas ou cargos assumidos foi aliada por muitos, ao longo destes anos, por não se entender que nela assente a prática democrática. Que não há prática democrática sem responsabilização total, até ao fim. A devolução ao povo de todo e qualquer poder delegado, através da informação, da consulta, do diálogo, foi esquecida. Basta percorrer o país para encontrar essa



queira unânime. A compreensão, o diálogo e a tolerância deram lugar a conflitos permanentes entre grupos, pessoas e instituições que, se não fora esse "ecran" artificial de interpretação sectária de divisões artificiais, teriam sido bons amigos à volta de uma mesa redonda. A democracia nos seus alicerces mais sólidos não foi instaurada no espírito nem nos comportamentos.

Por isso o mito permanece.

Temos um segundo mito. As instituições democráticas, pensávamos nós, só por si são a democracia. Garantem-na. E, por isso, no afã de estabelecer as instituições democráticas esse outro mito esteve sempre presente. De que as instituições, existindo, se bastavam a si próprias. E desde que funcionassem, desde que, de manhã abrissem as portas e à noite as fechassem, mesmo com sessões tardias, isso bastava. Assim, de etapa em etapa foram-se construindo ou culpando instituições, a umas dando o benefício da dúvida a outras destruindo com bulldozers, sem a preocupação de ajuizar das regras do seu funcionamento nem de verificar quais os complementos institucionais que lhes eram indispensáveis. Daí nasceu, facilmente, o que considero o alibi das transformações estruturais. Pensava-se que mudando as instituições se mudava automaticamente e "ipso facto" a eficácia do sistema. Por isso se criou a ilusão de que só com a revisão constitucional de 82, então sim, se realizaria a democracia plena. Mas, paradoxo dos paradoxos, a coligação da época, que fora artífice principal dessa revisão, não estraiu dela qualquer dinamismo para a sua actividade legislativa ou governativa. Dois meses após a promulgação da revisão acabou a coligação. Do mesmo modo hoje se fala em alterações estruturais. Isto não é senão a consequência de um mito mecanicista do funcionamento das instituições. "Não funcionam? Nesse caso vamos mudar as estruturas e



as novas vão concertza funcionar." Isto é uma interpretação profundamente materialista das coisas.

Acrescento ainda um terceiro mito.

A democracia, só por si comportaria o progresso social. A democracia seria não só a igualdade de direitos, da liberdade mas comportaria também o progresso social. Até em Portugal podemos dizer que, nos anos 40 e 50 a democracia era olhada como garante da liberdade e da igualdade. Mas em breve a necessidade de protecção dos indivíduos pelo Estado, tornou claro no processo de industrialização que os direitos e garantias fundamentais têm sempre de ser completados pelos direitos sociais, económicos e culturais. Noutros termos, a democracia política requer hoje, na civilização ocidental que é a nossa, a democracia social económica para que o progresso social seja possível. Ora a meu ver é na mitificação da democracia política, como garante exclusivo, da liberdade de um povo, que se encontra uma das raízes mais fundas da crise específica à democracia portuguesa. Para muitos de nós a liberdade seria algo que os Estados poderiam decidir, de forma imediata, enquanto a satisfação dos outros direitos - sociais, económicos e culturais - - conduzindo a maior bem estar social, seria relegada para as consequências da alternância do poder e das concertações entre partidos, quanto a programas, objectivos, prioridades, oportunidades ou não de intervenção ou de resolução de problemas essenciais. Ora a História dos últimos 20 anos mostra que, tanto a nível individual como ao nível das nações, consideradas no seu todo, a ausência de progresso económico e social leva, inevitavelmente ao depauperamento, senão ao desaparecimento da democracia política.



Basta-nos olhar os receios de alguns países que, recentemente conquistaram, num continente que nos é próximo, a democracia política e observarmos a luta que mantêm, em termos estritamente económicos com as grandes instâncias internacionais, para percebermos como de facto a democracia política só pode subsistir, quando com ela, se pode desenvolver simultaneamente a democracia social e económica. O que estou a dizer, não nasce de nenhuma ideologia, nasce de uma observação das coisas. E essa observação, levou, no último debate televisivo que precedeu a eleição do presidente Mitterrand em 81, levou-o a dizer algo que gostaria de repetir hoje, que me parece que talvez, muitos franceses estejam a pensar como é possível realizar estas palavras. Dizia o então candidato à presidência da República de França:

"Ao fim e ao cabo não podemos passar a vida a acusar outros de atentarem contra a nossa liberdade. A liberdade é uma palavra muito abstracta e é preciso tratá-la na sua realidade quotidiana. Na verdade, qual é a liberdade de um desempregado? Qual é a liberdade de quem trabalha a ritmos infernais?" E mais adiante, dizia o candidato Mitterrand: "A liberdade é a difusão do saber. A liberdade é o desenvolvimento de escola, é a conquista dos direitos sociais, é a defesa contra certos efeitos da ciência e da técnica é também a conquista do tempo de viver". Aquilo que estamos a fazer aqui é também isso - a liberdade.

Estou citando esta passagem muito importante do debate de 81 porque ele marcou uma viragem na expressão de todos os políticos europeus. Ficou, este conjunto, dos direitos sociais, económicos e culturais, acoplados aos direitos civicos e políticos, ficou ^{assim} ~~contido~~ contido na expressão liberdade e as condições da liberdade.



E, praticamente, indiscutível hoje, para além de todas as resoluções de todas as diferenças que possam separar famílias políticas.

O quarto mito tem estado presente na vida portuguesa. Esse mito foi que, a entrada na Comunidade Económica Europeia, só por si, continua a democracia. Foi necessário há meses que Rocard, quando passou por Lisboa, viesse dizer aos políticos portugueses que a CEE é de facto uma comunidade económica. Por muito respeitável que seja para a comunidade o motivo exclusivamente político que ditou a adesão de Portugal é no campo económico que a adesão se processa, se negocia, e nesse campo que, necessariamente se repercutem as suas consequências!

No entanto, até então, e talvez mesmo agora, continuou-se a manter o mito de que a entrada na CEE era a salvaguarda da nossa democracia.

Sobre estes quatro mitos que factos assentam?

Considero que me basta indicar três etapas cronológicas ao nível dos factos, necessariamente redutoras de numerosas aventuras e vicissitudes da democracia portuguesa.

Três períodos:

Um primeiro período, a que podemos chamar a euforia democrática. O período que se seguiu ao 25 de Abril foi, até 11 de Março, um espaço de euforia democrática, em que se estruturaram situações de poder "ad hoc", em que houve, sem dúvida injustiças que se praticaram, mas em que o Povo adquiriu o gosto de participar. Nesse período o Povo português estava mobilizado para uma causa - a democracia, e participava nela activamente. Não sabia muito bem o que era, mas tentava. Ao nível dos bairros, das empresas, das escolas,



dos serviços públicos. Só quem não esteve profundamente empenhado e tentando receber o embate dessa descoberta da democracia é que ignora o que isso tinha simultaneamente de forte e de ingénuo. Não vou analisar esse período, mas quero sublinhar que o clima de agitação em que ^{se}veio a traduzir e a invasão das instituições que proporcionou, foi possível, por uma razão: pelo total alheamento da classe política de então em relação aos fenómenos que haviam agitado, nos anos 60, as sociedades francesa, americana e japonesa, para só falar daquelas, onde rebentou a chamada "revolução académica", e que veio sacudir completamente os canones estabelecidos em qualquer dessas sociedades.

Fixados os objectivos apenas dos modelos democráticos de início da industrialização, a classe política de 74 e 76 não se deu conta de que estava a lidar com fenómenos novos em democracia mas, com ingredientes já conhecidos no mal estar e na contestação que reinava noutros países. Faltou-nos nessa altura, a todos, a capacidade intelectual para proceder à triagem das experiências realizadas, para dar corpo a novas expressões da democracia que encontramos hoje em países como os Estados Unidos, a Suíça, a Jugoslávia e a **sv**écia. Justamente porque nos faltaram os instrumentos culturais autênticos começou a realizar-se a operação redutora de tudo e de tudo limitar a ~~es~~ esquemas de pressupostos ideológicos. A democracia ficou logo aí inquinada por um vício de forma. Deixou de ser expressão da opinião política organizada dos cidadãos para se tornar objecto de marketing. Para ser vendida num verdadeiro mercado de ideologias, vendida à população pelos métodos mais sofisticados da publicidade e paradoxalmente, também pelos processos mais anti-democráticos da coação e da cooptação para cargos públicos em virtude apenas da filiação partidária.



Segue-se um segundo período de 76 a 80, a que chamo o período de facto da formalização das instituições democráticas. Com a promulgação da Constituição de 76, com as eleições legislativas e do Presidente da República, também no mesmo ano, Portugal iniciou o seu percurso na estruturação da democracia representativa. Malgrado a rápida sucessão de Governos, foi o período em que se puseram à prova os mecanismos institucionais da democracia representativa. As eleições a que o Povo foi frequentemente chamado realizaram-se na ordem e na participação. A Europa olhava-nos admirada e congratulava-se, pois a criança já andava. E cada noite após a eleição ouviamos os partidos políticos dizendo que a democracia tinha funcionado. Sem dúvida, representa muito que um povo se disponha a ir às urnas e conscientemente escolha os seus representantes. Mas uma dificuldade fundamental começou a gerar-se aí: a convicção de que a democracia funciona só quando de tempos a tempos o povo vai às urnas. Julgo que durante esse período houve, da parte do Presidente da República, a preocupação de ultrapassar as clivagens ideológicas, na medida em que para três governos de iniciativa presidencial escolheu personalidades que não só não eram filiadas em partidos políticos como não representavam qualquer ortodoxia de política institucionalizada. No entanto, por razões de análise complexa que não cabe agora referir, teve lugar uma crescente bipolarização da sociedade portuguesa, à volta dos conceitos tradicionais de "direita" e "esquerda", no próprio momento em que já a Europa começava a grande interrogação sobre a direita e a esquerda, traduzidas embora, no que diz respeito à direita, numa luta fantasmática contra a prepotência do Estado e no que diz respeito à esquerda, numa defesa não menos fantasmática das conquistas do 25 de Abril. A projecção dos fantasmas de medo ou de esperança de factos da história recente criou assim "ecrans" na comunicação entre vários grupos sociais. Rotulou indevidamente e de forma simplista pessoas e



grupos. Impediu a convergência dos esforços na reconstrução nacional. De tal modo foi esse fenómeno que muitas instituições democráticas, intermédias - Conselho Nacional do Plano, no Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos - se viram totalmente destituídos da sua capacidade de intervenção e o seu contributo, a muitos títulos necessário, se tornou praticamente nulo para a definição de políticas não só adequadas, mas indispensáveis ao progresso da nossa democracia.

E entramos no terceiro período, de 80 a 85 em que verifico os limites das instituições democráticas. Neste período, Portugal dispôs, no parlamento de maiorias estáveis, coerentes e permanentes. A trilogia não é minha, como é sabido. E, no entanto, assistimos a um fenómeno paradoxal: as maiorias viveram em constante sobressalto, sobressalto esse que não decorreu, como em qualquer democracia, de moções de censura no Parlamento, nem de qualquer agitação de rua; problemas internos dos partidos das coligações conduzem primeiro à queda do VII Governo e à formação do VIII Governo. E perguntamos, porque é que não foi uma simples remodelação ministerial? E depois, esses problemas internos levaram ao esboroar da coligação que sustentava o VIII Governo, quer pela demissão do Primeiro Ministro, quer pela demissão do Vice-Primeiro Ministro, pelas razões que essa personalidade, há poucos dias, numa emissão televisiva, tornou públicas, claras e inequívocas.

Mas a mesma instabilidade veio a manifestar-se na coligação que resultou das eleições de 83, e que detem hoje a maior maioria parlamentar de toda a Europa. Podemos dizer que essa instabilidade resulta de casos individuais de sobressalto: do Ministro A que não está de acordo com o Secretário de Estado B, ou de outras incompatibilidades que são, naturalmente, sobressaltos de percurso de toda a vida humana, que se podem sempre ~~atribuir~~ atribuir aos humores e ao engenho. Mas o que é sem dúvida mais importante que



analisar o que as pessoas fazem é que, também esta coligação, fica sujeita a complexos processos inter partidários e intra partidários. Assistimos, desde Dezembro, até estes últimos dias, e ainda estamos a assistir, porque não sabemos qual é a etapa seguinte, qual o próximo acto, ~~mas~~ assistimos a uma instabilidade política permanente e que está à vista de todos nós.

Para mim, o que é importante, não é dizer quem é responsável, o problema ~~está~~ não está aí. Todos nós sabemos, qualquer livro de sociologia nos diz, que face a uma ruptura tão radical, como foi num primeiro tempo o 25 de Abril, relativamente a Portugal como império e ao terminar da guerra colonial e como foi, um segundo tempo, o 11 de Março como viragem completa da estrutura económica portuguesa, todo e qualquer país sujeito a uma ruptura assim, em dois tempos, necessariamente fica, dizem os sociólogos, durante 10/12 ^{anos} ~~anos~~ num período de instabilidade, que é conhecido e de que lentamente vai emergir um período de estabilidade, de novo dinamismo, de uma criação diferente face a fenómenos que se foram verificando. Não interessa, por isso, perguntar quem foram os responsáveis. Não são as pessoas que estão em causa. Julgo que é importante analisar os factos deste modo. Resultam, dessa observação, algumas constatações. A constatação de que ^{coligações} ~~coligações~~ de maioria numérica forte, com total ou parcial homogeneidade de perspectivas políticas, são apenas e tornaram-se apenas, ~~uma~~ ^{figura} ~~figura~~ aparente de estabilidade. Há Governo, é certo; há Parlamento, embora nem sempre tenha quorum, mas ~~há~~ ~~há~~ ~~uma maioria~~, mas nem os Governos cumprem os programas aprovados pelo Parlamento, nem o Parlamento realiza a sua tarefa de fiscalizar os actos do Governo. Na verdade, são mais os pedidos de autorização legislativas feitos pelo Governo, com o Parlamento em pleno funcionamento, que as que foram necessários para governar com a Assembleia dissolvida.



A aparente estabilidade encobre assim o inadequado funcionamento das instituições e um processo contínuo de degradação dos actos e das responsabilidades. A informação constante é contraditória. Num dia a jornalista entrevista o Ministro que nos faz um certo número de afirmações sobre transformações estruturais no sector primário da actividade, no dia seguinte a mesma jornalista entrevista um secretário de Estado que diz exactamente o contrário do que diz esse Ministro e interrogamo-nos se essa contradição dos protagonistas políticos revelam uma instabilidade que não pode deixar de criar, e esse é o ponto grave, a descrença, uma insegurança formulada ou reformulada, que é esta, para onde vamos nós? O que é que vai ser amanhã? O que é que vai acontecer de novo na cena política?

Tal instabilidade é sem dúvida acentuada pelo regime de corte monárquica, que rodeia consciente ou inconscientemente a maior parte dos dirigentes. Aqui, como nas repúblicas mais tradicionais e nas democracias mais clássicas e mais institucionalizadas. Na verdade cada mudança de protagonista é repercutida sismicamente ao longo de toda a hierarquia que directa ou indirectamente lhe está ligada. E na praça pública não faltam os que provocam instabilidade para daí se servirem com benesses às várias clientelas. É claro que isto não é só entre nós. Assistimos a um ~~ra~~ dos raros enlatados que a Televisão nos deu com muito interesse e que foi o "Yes Minister" e que verificamos que até na mais antiga democracia dos tempos modernos na Europa se criam os mesmos fenómenos de perturbação sísmica a partir do centro do poder.

Longe de promover, numa saudável concorrência, o primado dos melhores, o actual funcionamento do sistema político conduz à catapultagem de figuras e personagens de assinalada incapacidade técnico-política, talvez mercantis no seu oportunismo, herança que tivemos das aventuras pelo mar fora, vazios de experiências e de ideias na sua ânsia de optar o poder, só o poder e nada mais do que o poder.



A instabilidade, o predomínio e controlo dos partidos políticos sobre as instituições democráticas são contrárias à democracia. No plano humano os resultados estão à vista. Homens inteligentes que, fazendo tábua rasa dos interesses nacionais, tudo subordinam aos interesses que o seu grupo, já não é o seu partido, possa vir a ter no seu partido. Não falo sequer em interesses partidários, no sentido nobre do termo, isto é a aspiração legítima de tornar apetecível uma certa visão das coisas públicas e de ganhar adesão para um programa. Falo em interesses de grupos lutando pela hegemonia desse grupos dentro dos seu partidos. Dizia eu, aqui à mesa há bocado, é o poder pelo ~~possuir~~ poder. É a redução da importância das ideias e dos projectos a médio prazo face às tácticas conjunturais vazias de conteúdo, digamo-lo, sem reboço. É o efeito perverso dos partidos políticos em relação à democracia. É a deglutição dos fins pelos meios. É o reino do arbitrário e da imoralidade institucionalizada. E fica de pé uma interrogação: se nas suas instituições a democracia representativa fica sujeita a esta lei entrópica que tende para o esboroamento completo da sua própria dinâmica energética a sua sobrevivência a prazo, que é esse o nosso objectivo, que ~~in~~ mecanismos e que ingredientes requiere? E por isso entro nas perspectivas da democracia em Portugal, para a qual tenho também três pontos.

Primeiro ponto, a democracia e liberdade de consciência, porque me parece ser este o ponto fulcral do qual os outros nascem. A liberdade não pode ser em democracia uma palavra vã destinada a cobrir as lacunas da própria democracia e a sua incapacidade em resolver os problemas do quotidiano de todos os cidadãos. A vontade popular não se exprime apenas no voto. Formas diversas expressas pelas organizações locais, sócio-profissionais ou culturais dizem à sua maneira as exigências da soberania que reside no povo, que reside em todos nós, em todos os cidadãos. Ora essa vontade



popular e a liberdade de que é expressão, são postas em ~~uma~~ causa pela sonegação da informação relativa a questões importantes para a nação. Por exemplo, ~~que~~ quais são as consequências dos empréstimos que contrairmos, como se ~~o~~ vai processar o período de transição na adesão à CEE, onde estão os impasses que travam a luta clara contra a corrupção, a que é devida a morosidade da Justiça e assim por diante, para apenas citar alguns aspectos fundamentais da nossa vida política. Os meios de Comunicação Social veiculam hoje, não sou só eu que o digo, já muito antes de mim ^{Mac Luhan} ~~Mac Luhan~~, ^{Rebride} ~~Mac Luhan~~ e outros, verdadeiros programas mentais, induzem o leitor, ouvinte, telespectador a criar imagens e a formular opiniões que são muito vezes opostas àquelas que teria espontaneamente. Nesse sentido é a formação do próprio pensamento, é a liberdade de opinião que está em causa. O primeiro vector da vida democrática em Portugal não pode deixar de ser uma informação sem manipulações, transparente, dando conta dos factos da sociedade no seu conjunto e na sua diversidade. De facto os meios de Comunicação Social têm como objectivo, e por isso se chamam assim, levar a comunicar entre si os grupos sociais, os cidadãos, as diferentes correntes de opinião enquanto expressões legítimas da vida em sociedade. Impõe-se por isso uma nova política de informação e novas estruturas de controlo social da informação. Só nesse sentido os meios de Comunicação Social se podem tornar dignos do seu nome. Isto é, meios privilegiados de garantir o diálogo, a comunicação e em última análise a liberdade ~~de~~ de consciência! A democracia exerce-se dentro de mecanismos ~~de~~ ^{inteligíveis} à população! Ora a massificação das mini regras, o controle cada vez mais apertado por uma série de etapas não ranteáveis que se alimentam a si próprias, o papel à consideração superior, limita a liberdade de agir, coarta a iniciativa, diminui o exercício do poder que cabe a cada um, pelo peso que tem, pelo seu monolitismo, a democracia é também um meio por excelência para



que se crie em Portugal uma nomenclatura, que circula na área da tomada de decisão funcional e impede o livre acesso a qualquer função ou actividade. Por isso se vai introduzindo na sociedade o medo de não ser parte da nomenclatura ou de, por qualquer razão menor, ser afastado da lista dos bons e fieis que a sua institucionalização necessariamente implica. A burocracia, que é, ao fim e ao cabo, o mundo do faz de conta, é um papel a substituir a realidade, a substituir o acto, só pode ser ultrapassada por um esforço comum que restitua à administração o seu lugar constitucional; órgãos e instituições ao serviço do interesse público. Para tal a democracia tem de vir a consolidar-se em todas as esferas da actividade e da vida. Em particular a burocracia que decorre duma concepção concentracionária das ~~decisões~~ decisões e das estruturas tem de ser substituída pela diversificação dos centros de decisão e de funcionamento, optando pelo policentrismo social, económico, cultural, político-administrativo. O instrumento constitucional e institucional desse policentrismo é a regionalização realizada nos termos em que a define a Lei Fundamental.

Mas a liberdade de consciência numa sociedade como a nossa e como fundamento da democracia, supõe uma educação para a liberdade. Não basta, sabemos-lo bem, denunciar a corrupção. É preciso criar nos homens e nas mulheres a convicção de que o único valor ~~de~~ que realmente possuem em próprio é a sua liberdade. ~~Aliená-la~~ Aliená-la a causas, ideologias ou pessoas, vendê-la por benesses, privilégios, dinheiro ou prestígio é sempre uma violação da liberdade de consciência, é sempre, no plano social, o estrangulamento da democracia.

A educação para a liberdade é por isso uma perspectiva fundamental para que a democracia assente, não em palavras vagas mas em cidadãos capazes de serem os sujeitos morais da sua própria história. Para tal importa que se ponha cobro à subversão dos valores morais que



estruturam a nossa tradição cultural e que nos conferem a nossa dignidade própria enquanto pessoas, enquanto povo, enquanto Estado soberano e que se respeitem, descubram e valorizem os grandes referenciais que são susceptíveis de mobilizar os portugueses na reconquista da sua dignidade.

O segundo aspecto que me parece fundamental como perspectiva da democracia em Portugal é a relação entre democracia formal e o aprofundamento da democracia participativa a que refere de forma clara a Constituição. Na verdade/^{o que} caracteriza a democracia portuguesa em toda a sua estrutura é ser uma democracia participativa. Para que ela funcione é necessário que os mecanismos da democracia ~~participativa~~ ~~representativa~~ representativa reassumem a sua dignidade institucional própria. A deslocação da verdadeira sede dos deputados, ~~para~~ da sua responsabilidade pessoal ~~em~~ pelos interesses reais do País, para a sua subordinação aos órgãos centrais dos partidos é afinal, apenas, uma caricatura do sistema representativo. Importa por isso que a vinculação se faça em termos morais a um ideário permanente e mobilizador que os eleitores lhes confiem e não a relações de força ou de compromissos conjunturais de que os eleitores estão completamente ausentes. É igualmente imperativa a responsabilização dos deputados junto dos seus eleitores/^{por} ~~para~~ um trabalho regular de discussão e consulta nos círculos eleitorais respectivos. Paralelamente é necessário que os governos governem, o que parece às vezes ser uma frase que afronta alguns, sem por um lado usurparem poderes próprios do Parlamento e sem por outro deixarem para tempo indeterminado as suas tarefas prioritárias. Os Governos, que vão tomando decisões no dia a dia sem terem a coragem técnica e política de apresentarem ao Parlamento o Plano e suas Grandes Opções, tornam-se responsáveis perante o País, justamente, pelo descalabro eventual da democracia. Podemos ~~de~~ chamar a esse Plano um conjunto



de regras ou normas, ^{De} ~~de~~ qualquer modo elas são indispensáveis ao progresso económico e social. Sem elas o progresso económico e social é inviável, os empresários não sabem para onde é que se devem dirigir e quais são as viragens que vão encontrar no seu caminho. Já basta o Sistema Monetário Internacional ser, como diz ~~Hen~~ Helmut Schmidt, uma desordem institucional organizada, para que nós acrescentemos ainda a nossa fracção de pequenas desordens institucionalizadas. Trata-se, com efeito, não de elaborar só um Plano fora dos interesses dos vários grupos, mas, de a partir desses interesses e da sua percepção, do interesse nacional de participar na elaboração desse Plano através das populações, das organizações representando os cidadãos e, sobretudo das que representam as actividades económicas e sociais. A democracia participativa supõe ainda plena ~~participação~~ utilização das instituições democráticas intermédias consignadas na Constituição, como o Conselho Nacional do Plano, os órgãos regionais, o Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior da Defesa Nacional. E, finalmente, a democracia participativa exige que se criem novos mecanismos de intervenção social, daquilo a que eu chamaria de harmonização da convivência entre os cidadãos e os grupos. ~~Se calhar isto é o mínimo, porque o vosso clube é uma instância de harmonização de convivência!~~ Nesse quadro, possivelmente, o lugar do Presidente da República é decisivo, uma vez que lhe deve caber, e que lhe cabe sempre, ser o garante do regular funcionamento das Instituições democráticas. Por aquilo que tenho vindo a dizer não é apenas a possibilidade de ir votar quando a tal/^{somos} ~~eram~~ chamados.



E, finalmente, terceira perspectiva da democracia em Portugal é a impossibilidade de pensar a democracia sem equacionar o desenvolvimento. Hoje a democracia que não se articula com a expressão clara e coerente das finalidades da sociedade corre sérios riscos. Nos países pobres esta questão é ainda mais aguda. ~~Há~~ várias camadas da população ^{que} não passaram do nível de pobreza absoluta. Quero testemunhá-lo e talvez não o faça com insistência porque a hora já vai adiantada e porque não quero ter sabor demagógico. Estamos numa situação em Portugal onde há milhares de pessoas a viver abaixo do nível da pobreza absoluta. Já não falo ~~mais~~ dos mais desfavorecidos, ^{des que} não têm favor nenhum, ~~sejam mais desfavorecidos~~, ^{mas dos que} são totalmente pobres.

Para esses países em que se atingem esses níveis, a democracia e o desenvolvimento são dois dados da mesma realidade numa forma ainda mais flagrante. Hoje já não restam dúvidas que o desenvolvimento é a perspectiva global de enquadramento dos direitos económicos, sociais e culturais. Mais, tornou-se ^o imperativo integrador de qualquer regime. Tanto assim é que, ao longo das três últimas décadas, as instituições internacionais criadas para o desenvolvimento ou as intenções formuladas nas grandes decisões relativas ao desenvolvimento, tornaram inequívoco, com redução ao absurdo, o ~~nexo~~ laço estreito entre o desenvolvimento e o regime democrático. De cada vez que o Fundo Monetário Internacional, ~~ou~~ o Banco Mundial ou o GAT decretam ou aparentemente negociam ^{de} modo a fazer face a problemas internos ou do sistema de mercado mundial, a sua intervenção no regime democrático interno é evidente. A racionalidade das instituições ~~democráticas~~ democráticas deverá ajustar-se às exigências que o desenvolvimento impõe contribuindo assim para o próprio aprofundamento e actualização da democracia. As instituições democráticas só estarão funcionando regularmente quando os dois objectivos, isto



é, o pleno funcionamento da democracia e a constante elaboração do desenvolvimento estiverem igualmente presentes. Eles são o nosso edifício constitucional e, no pensamento económico moderno, inseparáveis um do outro. Por isso, o ponto fulcral do regime político não é em meu entender a sua categorização em termos de presidencialismo, parlamentarismo ou outra qualquer forma de equilíbrio de poder. Isso não é senão a ponta do iceberg. O ponto fulcral é antes o lugar dado ao desenvolvimento na ~~persecução~~^{prossecução} da vida democrática. Acabo de vir de uma reunião de um grupo de 40 ex-chefes de governos de ~~trinta~~ todos os continentes e de todos os regimes políticos e o trabalho que fizemos sob a orientação do ex-primeiro ministro da Suécia sobre os países menos avançados leva-nos a dizer claramente a esses países: enquanto não puderem articular democracia e desenvolvimento não há qualquer espécie de progresso para os vossos povos. Não se trata pois de defender uma democracia formal, esperando que as instituições, os órgãos necessários para a efectivação de vertente desenvolvimento surjam apenas quando a democracia formal se lhes possa consagrar. Não. A própria democracia formal esvazia-se de conteúdo se não dá simultaneamente à sociedade a possibilidade de encontrar as suas finalidades e aos cidadãos de responderem às suas necessidades individuais, em termos económicos, sociais e culturais, para ao menos viverem acima do nível absoluto da pobreza.

E é nestes termos e neste relacionamento que penso que a democracia em Portugal encontra objectivos novos. Objectivos que, se estão na boca de numerosos políticos e sociólogos e até na boca dos homens e das mulheres simples que encontramos no quotidiano, nem por isso devem ser menos sublinhados. Democracia, liberdade de consciência, democracia participativa, democracia e desenvolvimento como duas faces da mesma realidade. Dirão, mas isso seria óptimo e eu responderia, como o nosso grande escritor Miguel Torga. "O óptimo, o óptimo é quando a gente vai por bom caminho". É esse o bom caminho que de-

Sejo a todos.

